

**A. I. N°** - 114155.0094/07-4  
**AUTUADO** - VIA VERGNE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.  
**AUTUANTE** - PAULO CESAR CARVALHO DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 19.06.08

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0176-04/08

**EMENTA: ICMS. 1. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. EXTRAVIO. MULTA. a) NOTAS FISCAIS. Infração comprovada. b) LIVROS FISCAIS. Infração comprovada. 2. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Infração descaracterizada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 17/09/2007, exige multas por descumprimentos de obrigações acessórias, no valor total de R\$ 7.640,00 em razão das seguintes irregularidades:

1. Extraviou documentos fiscais. Falta de apresentação das Notas Fiscais Série D1- n° 001 ao 650 e do 951 ao 1.000, não obstante Termos de Intimação expedidos em 27.06.2007 e 21.08.2007. Multa no valor de R\$ 3.500,00.
2. Falta de apresentação da DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS), nos meses de junho de 2003 a fevereiro de 2004, conforme Termos de Intimação expedidos em 27.06.2007 e 21.08.2007. Multa no valor de R\$ 460,00.
3. Extraviou os livros fiscais: Registro de Entrada de Mercadorias, Registro de Saídas de Mercadorias, Registro de Apuração de ICMS, RUDFTO, conforme Termos de Intimação expedidos em 27.06.2007 e 21.08.2007. Multa no valor de R\$ 3.680,00.

O autuado ingressa com defesa, fls. 24 a 27, e inicialmente ressalta a sua tempestividade, e com relação às infrações 02 e 03, aduz que não podem prosperar pois a empresa foi intimada para cancelamento em 09/04/2003, e estava cancelada desde 08/05/2003, quando solicitou a baixa de inscrição cadastral. Entende que não seria necessário a apresentação da DMA, mesmo porque estava inscrita no SimBahia, o que justifica a falta de apresentação dos livros fiscais.

Quanto à infração 01, informa que logo após a auditoria fiscal, encontrou os talonários fiscais n<sup>os</sup> 401 a 550 e 951 a 1000, ao tempo em que requer posterior juntada. A final pede a procedência parcial da autuação.

O autuado presta informação fiscal, fls. 31 a 32, e mantém as infrações 01 a 03, vez que a empresa sempre operou na condição de regime normal de apuração do ICMS, como prova o documento de fl. 08, onde pede cessação de uso de SEPD (livros fiscais).

Reconhece que as alegações referentes à infração 02 devem ser acatadas, visto que no período de junho de 2003 a fevereiro de 2004, a mesma encontrava-se com sua inscrição cadastral cancelada, conforme documento de fl. 12.

A empresa na pessoa do sócio Marlito Vergne Figueiredo Júnior recebeu cópia da informação fiscal, conforme AR de fl. 44, mas não se manifestou.

#### VOTO

Na infração 01, em que está sendo aplicada a multa de R\$ 3.500,00, em virtude da falta de apresentação das notas fiscais de venda a consumidor, série D1, n<sup>os</sup> 01 a 650, e 951 a 1.000, a defendente alega que encontrou alguns talões e posteriormente os apresentaria.

Ocorre que até o presente momento nada foi apresentado, que pudesse comprovar a assertiva contida na defesa e consequentemente ilidir parcialmente a acusação fiscal.

O processo administrativo fiscal busca sobretudo a verdade material que consiste em averiguar e descobrir a verdade real, e as provas podem ser trazidas ao processo até o julgamento final, que ocorre na 2ª instância, caso haja recursos interpostos pelas partes envolvidas na lide.

Portanto, não tendo o contribuinte trazido as provas do não extravio dos documentos fiscais apontados nesta infração, entendo que a multa deve ser mantida, pois amparada no art. XIX da Lei nº 7.014/96, que prevê a pena de R\$ 5,00 (cinco reais), por documento extraviado, limitada a penalidade a R\$ 4.600,00. Como foram extraviadas 700 notas fiscais, a multa perfaz o total de R\$ 3.500,00.

**Infração procedente.**

A infração 02 relativa à falta de apresentação da DMA, nos meses de junho de 2003 a fevereiro de 2004, está amparada no art. 42, XV, “h” da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 8.534/02.

No presente caso, o contribuinte comprovou que estava com sua inscrição cadastral cancelada no período fiscalizado, fato que a isentou da apresentação da DMA naquele período, reconhecido inclusive pelo autuante na informação fiscal.

Em decorrência do cancelamento da inscrição no cadastro estadual, entendo que estava dispensado de cumprir com a obrigação acessória que lhe está sendo atribuída, e julgo pela improcedência da acusação.

Na terceira infração, referente ao extravio de livros fiscais, o contribuinte alegou que estaria inscrito no SimBahia, não tendo portanto a obrigação de escriturar livros fiscais, não os possuindo.

Não acato as alegações da defesa, haja vista que consultando o histórico da empresa existente nesta Sefaz, verifico que a condição cadastral no exercício de 2004, como em todo o período anterior e posterior, era de contribuinte amparado pelo regime normal de tributação, e assim sendo estava obrigado a escriturar livros fiscais. O não atendimento desta obrigação acessória sujeita o infrator à pena prevista no art. 42, XIV, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 8.534/02, que prevê a multa de R\$ 920,00 por livro extraviado. Como não foram apresentados 04 livros, Registro de Entrada de Mercadorias, Registro de Saídas de Mercadorias, Registro de Apuração de ICMS, RUFTO, a multa aplicada está correta e deve ser mantida.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **114155.0094/07-4** lavrado contra **VIA VERGNE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas por descumprimento de obrigação acessória no valor total de **R\$ 7.180,00**, previstas no art. 42, incisos XIX e XIV, da Lei nº 7.014/96, alteradas pela Lei nº 8.534/02, e dos acréscimos moratórios na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de junho de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR